ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O ENSINO INCLUSIVO

Rafaela Piovesan Gonçalves (PIC/UEM), Celma Regina Borghi Rodriguero (Orientadora). E-mail: crbrodriguero@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação/Ensino-Aprendizagem

Palavras-chave: Educação Especial; Práticas Pedagógicas; Inclusão.

RESUMO

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI), que na área educacional ainda se compreende como Deficiência Intelectual (DI), é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits intelectuais e adaptativos, que causam prejuízos conceituais, sociais e práticos para a vida do indivíduo diagnosticado. Em tempos nos quais as políticas públicas preconizam a efetivação de uma educação inclusiva, entende-se como necessária a reflexão a respeito do processo de escolarização desse público, com o intuito de vislumbrar mecanismos e estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem significativa e o processo de alfabetização e letramento, possibilitando a compreensão da função social da leitura e da escrita dos alunos. O estudo proposto tem como objetivo geral refletir sobre o processo de alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual, na perspectiva da educação inclusiva e, como objetivos específicos: definir e caracterizar a deficiência intelectual; conceituar os processos de alfabetização e letramento; compreender os processos de alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, amparada em publicações referentes à temática e documentos que fundamentam a educação inclusiva. Se justifica pelo interesse em refletir sobre a educação especial, tendo em vista a escolarização de crianças em condição de deficiência. Como resultados, o estudo evidencia a necessidade de considerar as especificidades e potencialidades de cada estudante; a importância de priorizar práticas pedagógicas estruturadas, flexíveis e inclusivas, associadas à uma mediação docente intencional, visando a aprendizagem e desenvolvimento do estudante com deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz como tema a Deficiência Intelectual (DI), que segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), integra a categoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, sendo denominada Transtorno do

Desenvolvimento Intelectual (TDI) e definida como uma condição com início no período de desenvolvimento, que afeta os domínios conceituais, sociais e práticos da vida do indivíduo. Caracteriza-se como uma condição marcada por déficits funcionais, intelectuais e adaptativos, interferindo nos mais diversos âmbitos da vida: motricidade, linguagem, interação social e atividades da vida diária (APA, 2014).

Considerando as especificidades do indivíduo que apresenta tal condição, é preciso pensar estratégias e ferramentas que possibilitem a aprendizagem, sendo papel da educação, considerando todos os profissionais envolvidos e o professor de modo mais específico, compreender a melhor forma de atuar junto ao estudante.

Desse modo, a adaptação de recursos e desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas, possibilita ao estudante, a apropriação dos conteúdos nos processos de alfabetização e letramento, que se tornam significativos quando os recursos utilizados pelo professor promovem o acesso à linguagem escrita em seu contexto real, a partir de interações de qualidade, não se resumindo a um processo de codificação e decodificação do que está escrito (Cárnio; Shimazaki, 2012).

Diante do exposto, o presente estudo propôs-se a refletir sobre possíveis práticas educacionais inclusivas que supram demandas educacionais específicas dos estudantes na condição de DI, visando proporcionar uma educação transformadora. Para tanto, o estudo teve como objetivo geral, refletir sobre o processo de alfabetização e letramento de crianças com Deficiência Intelectual, na perspectiva da educação inclusiva e, como objetivos específicos: definir e caracterizar a deficiência intelectual; conceituar os processos de alfabetização e letramento; e, compreender como ocorrem os processos de alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual.

O interesse na temática da educação especial originou-se em experiências práticas e teóricas vivenciadas em projetos e disciplinas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, que geraram a necessidade de compreender, de modo mais aprofundado, como ocorre e quais estratégias e ferramentas são consideradas apropriadas no processo de aprendizagem de estudantes na condição de DI.

A referida motivação se fortaleceu à medida que, mesmo com políticas públicas inclusivas implementadas, com destaque para a Lei Federal n° 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) visando assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício da cidadania, preconizando a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, muitos desafios ainda persistem no percurso de aprendizagem do estudante com DI.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, realizada a partir de publicações sobre a temática e documentos que conceituam e caracterizam o transtorno definido para o estudo, além de políticas públicas que preconizam e subsidiam a implementação da educação inclusiva. Conforme destaca Severino (2013), em uma pesquisa bibliográfica, os textos orientadores, decorrentes de

pesquisas, livros, artigos e teses, se tornam as fontes a serem analisadas e estudadas pelo pesquisador.

No desenvolvimento desse estudo, houve a utilização de documentos como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), que se utiliza da terminologia Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI) para definição, caracterização e categorização como transtorno do neurodesenvolvimento, no entanto, para estudos na área educacional fica mantido o termo Deficiência Intelectual (DI). Essa escolha decorre do entendimento de que são as características e déficits que precisam ser estudados para definição de práticas que mais se adequem e garantam o acesso ao conteúdo acadêmico e aprendizado significativo. Soma-se ao estudo a análise de leis e decretos que respaldam a ação dos professores nas escolas.

Integram ainda a fundamentação estudos das pesquisadoras da educação especial, Maria Silva Cárnio e Elsa Midori Shimazaki com o texto “Letramento e Alfabetização das Pessoas com Deficiência Intelectual” (2012), no qual apresentam o histórico dos processos de alfabetização e letramento no Brasil, fazendo a interlocução com a escolarização de crianças com DI. E também, o estudo de Samanta Brill (2024), que elenca e descreve possíveis estratégias inclusivas visando o processo de alfabetização de crianças com DI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme destaca o DSM-5, a DI é uma condição marcada por déficits funcionais, intelectuais e adaptativos, que se expressam em dificuldades físicas, pessoais e sociais. Como consequência, ficam prejudicadas as habilidades motoras, abstração, resolução de problemas e compreensão de regras, o que culmina no atraso ou mesmo impedimento do desenvolvimento esperado (APA, 2014).

O estudo em tela evidencia a necessidade de considerar as potencialidades da criança na condição de DI, vislumbrando recursos e estratégias que possibilitem a superação dos déficits cognitivos característicos da referida condição e oportunizem de forma efetiva, o desenvolvimento e a aprendizagem.

Freitas, Dainez e Carvalho (2021) destacam a importância de se considerar as diferentes formas de aprendizado, tendo em vista as vivências da criança ao planejar o ensino da linguagem escrita, priorizando as singularidades e especificidades desta no processo. Os estudos de Cárnio e Shimazaki (2012), por sua vez, enfatizam a necessidade de se organizar o ensino a partir das necessidades do estudante com DI, que deve ter acesso ao letramento durante o processo de alfabetização, possibilitando-se sua inclusão de fato, à cultura letrada.

Ainda nesta perspectiva, Brill (2024) enfatiza a necessidade de se reconhecer as características do estudante com DI, para então realizar a adaptação do currículo e organizar estratégias a serem utilizadas, especialmente durante o período de alfabetização, que exige uma abordagem flexível, mediada e colaborativa, priorizando demandas e ritmos individuais. A autora assevera ainda a necessidade de um olhar sensível do professor em relação ao estudante diagnosticado com DI, para que, ao invés de esperar que esse estudante se adapte ao ritmo padrão da

turma em que está inserido, o professor possa adaptar suas práticas e organizar os conteúdos pensando nas necessidades educacionais específicas daquele estudante, garantindo assim, seu acesso a uma educação de qualidade e inclusão de fato em sala de aula.

CONCLUSÕES

Com base nos estudos realizados, é possível dizer que os objetivos estabelecidos foram contemplados, visto que ao refletir sobre a temática da alfabetização e letramento de crianças com DI, foi possível definir e caracterizar a referida condição de deficiência e compreender os conceitos de alfabetização e letramento. Além disso, foi possível evidenciar que, para que a aprendizagem se efetive e se proporcione aos estudantes o acesso aos bens culturais e à cultura letrada, são necessárias práticas pedagógicas estruturadas e intencionais, que considerem as especificidades da DI, as condições concretas de acesso ao conteúdo acadêmico, além do perfil de cada estudante nas suas possibilidades e limitações. Conclui-se que, no percurso educacional, as conquistas podem ser concretizadas por meio da utilização de estratégias e recursos diferenciados ou adaptados, aliados a uma mediação docente qualificada, suporte técnico-pedagógico da equipe envolvida e condições disponibilizadas pela instituição escolar e Estado, somando-se à orientação de políticas públicas inclusivas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRILL, S. J. C. **Estratégias inclusivas para alfabetização de crianças com Deficiência Intelectual**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranaguá, 2024. Disponível em: https://repositorio.unespar.edu.br/items/3c3edf7a-c53c-403c-b21d-cfa4bcc2f985. Acesso em: 25 ago. 2026.

CÁRNIO, M. S.; SHIMAZAKI, E. M. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, PR, v. 14, n. 1, p. 143-151, 21 fev. 2012.

FREITAS, A. P.; DAINEZ, D.; CARVALHO, C. A. S. M. Práticas pedagógicas inclusivas e processos de apropriação da linguagem escrita. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 152–165, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57860. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57860. Acesso em: 25 ago. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.